

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº, DE 2005.

(Do Sr. Fernando Lopes)

Acrescenta parágrafo ao art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 regulando os recolhimentos em títulos federais efetuados pelas instituições financeiras a favor do Banco Central do Brasil objeto do inciso XIV, do *caput* do art. 4º da Lei nº 4.595 supra referida.

O CONGRESSO NACIONAL Decreta:

Art. 1º Acrescente-se ao art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, o § 8º com a redação abaixo:

“Art. 4º

.....
§ 8º As letras ou obrigações do Tesouro Nacional ou os títulos de Dívida Pública Federal referidos no inciso XIV, *caput*, do art. 4º desta lei ou qualquer outro instrumento semelhante para os fins ali especificados deverão observar as seguintes características:

- a) ter prazo de resgate ou vencimento mínimo de 15 (quinze) anos;
- b) ter remuneração mensal máxima equivalente a 50% (cinquenta por cento) da menor taxa de remuneração global aplicável aos depósitos de poupança, aí incluída a parcela devida a título de atualização monetária quando existente.”

Art. 2º - A implantação do regramento objeto do parágrafo 8º do art. 4º, da lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 iniciar-se-á em até 90 (noventa) dias após a publicação desta lei; completando-se em até 6 (seis) meses após seu início, nos termos de regulamentação a ser estabelecida pelo Poder Executivo.

Art. 3º - Em qualquer caso, inclusive na inexistência ou incompletude da regulamentação referida no art. 2º desta lei, fica vedada a utilização para os fins especificados no inciso XIV, *caput*, do art. 4º da lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, de qualquer instrumento de características distintas daqueles especificados no § 8º, do art. 4º da lei nº 4.595 supra após 9 (nove) meses decorridos da publicação desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário

JUSTIFICAÇÃO

O regramento em vigor no que se refere aos depósitos compulsórios efetuados pelas instituições financeiras junto ao Banco Central do Brasil soma-se ao conjunto de instrumentos e decisões de política econômica que tem, tradicionalmente, permitido a transferência de parcela expressiva da renda nacional do setor produtivo para o financeiro.

Existem atualmente, instrumentos de acompanhamento e controle muito mais poderosos para garantir a saúde das instituições financeiras privadas e o resguardo dos interesses dos depositantes além do depósito compulsório. Assim, as modalidades através das quais a exigência legal do compulsório pode ser cumprida devem merecer revisão substancial. Não se justifica que as taxas de juros elevadíssimas fixadas pelas autoridades monetárias venham a remunerar aquela parcela dos depósitos do público retida pelo Banco Central, beneficiando os bancos, quando o depositante em si nada recebe pelo saldo médio que remanesce em suas contas bancárias. Os bancos ganham acima da inflação pelos títulos depositados no BACEN, enquanto o público vê seus depósitos corroídos em seu poder de compra.

Num momento em que são debatidas formas de redução da taxa de juros e alongamento do perfil da dívida pública, nada mais adequado que restringir a utilização de títulos públicos federais pelas instituições financeiras para fins de cumprimento parcial de suas obrigações junto ao BACEN àquelas de longo prazo (mais de 15 anos) e baixa taxa de remuneração (no máximo, metade da remuneração das contas de poupança). Entre a alternativa de remuneração zero (compulsório em moeda) e a de alguma remuneração (na forma dos novos títulos já descrita) é evidente que qualquer instituição financeira irá preferir a segunda alternativa. A substituição dos títulos atualmente em garantia junto ao Banco Central por aqueles na nova modalidade certamente contribuirá para baixar a taxa de juros de forma progressiva, reduzindo a pressão sobre as contas públicas e a taxa de crescimento da dívida pública. O fato de a implantação da nova sistemática ser progressiva, embora com prazo de conclusão plena fixado, deverá permitir uma adequada adaptação às novas regras.

Quem sabe não seria esse o caminho para começar a modificar um sistema financeiro aberrante como o nosso, que não financia a expansão da capacidade produtiva por ser mais rentável e sem risco comprar papéis do governo com rendimentos astronômicos, numa economia estagnada e câmbio relativamente estável.

Mais ainda, a aprovação do projeto de lei em tela corrigiria a absurda situação há bastante tempo vigente em que, ao fixarem a taxa básica de juros, as autoridades monetárias também fixam, parcial mas diretamente, o patamar de lucro dos bancos, pela via da remuneração sobre o compulsório. Trata-se de um evidente conflito de interesses, em que a simples manutenção de altas taxas de juros pelo BACEN além de manter elevada indiretamente, via mercado, a rentabilidade dos bancos, também o faz diretamente, pela elevada remuneração do compulsório depositado em títulos federais.

São estas as razões que ensejaram a presente, para a qual espero contar com o apoio dos nobres pares.

Sala da Sessões, em de 2005.

Deputado Fernando Lopes
PMDB/RJ